

**SILVA JÚNIOR, João dos Reis.**  
**Pragmatismo e populismo na educação superior**  
**nos governos FHC e Lula.**  
**São Paulo: Xamã, 2005.**

Sérgio Cristóvão Selingardi

O autor do objeto da presente resenha, João dos Reis Silva Júnior, doutor em educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e com pós-doutorado pela Universidade de Campinas (Unicamp), é atualmente professor e pesquisador do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar). João dos Reis Silva Júnior é autor de diversos artigos e livros que tratam da educação no Brasil contemporâneo, especificamente na reforma do Estado, realizada no governo FHC. Entre esses trabalhos figuram: *Reforma do Estado e da educação superior no Brasil*<sup>1</sup>; *As mudanças estruturais no capitalismo mundial e seu impacto nas políticas educacionais de Fernando Henrique Cardoso: o caso do ensino médio*<sup>2</sup>; *Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudanças na produção*<sup>3</sup> e *Reforma do Estado e da educação no Brasil de FHC*<sup>4</sup>.

O livro *Pragmatismo e populismo na educação superior nos governos FHC e Lula*, constitui uma análise da educação superior no Brasil contemporâneo, no cenário da atual configuração do capitalismo mundial. Nesse compasso, a universidade brasileira é enfocada no interior da reatualização do público e do privado, no contexto do neoliberalismo (que o

referido autor chama de ultraliberalismo econômico), sob o qual as funções assistencialistas, como por exemplo, a educação, tende a deixar de ser responsabilidade do Estado, e sim da sociedade civil. Deste modo, abre-se caminho para a privatização/mercantilização do acesso ao que seria direito social. Este quadro é delineado no governo Fernando Henrique Cardoso, após a reforma institucional que busca introduzir na esfera social, por intermédio de um pacto social pragmático, a racionalidade capitalista e privada, que se expressa na redução do público ou na expansão do privado. Tal pragmatismo perdura na administração Lula.

Na introdução, João dos Reis Silva Júnior faz uma breve abordagem acerca das mudanças operadas no sistema capitalista, nas últimas décadas do século XX (entre a social-democracia e seu declínio e o advento do neoliberalismo) e que se expressam no Estado brasileiro, especialmente nos governos FHC e Lula. Essas mudanças constituem: as alterações na base produtiva, por meio do desenvolvimento científico; a globalização da economia (a qual passa da esfera do micro para o macro); e a redefinição do público e do privado. Nesse contexto, as corporações transnacionais assumem posição hegemônica no mercado mundial e, dentro da concepção neoliberal, passam a ter responsabilidades assistenciais, que na social-democracia constituíam prioridade do Estado. Além disso, tais corporações dominam as forças produtivas centrais do capitalismo de final do século XX: a ciência, a tecnologia e a informação.

Daí, a educação brasileira na contemporaneidade representa um importante elemento ao acesso às tais forças produtivas, tornando-se componente central dos discursos dos gestores empresariais, políticos e educadores, e atraindo trabalhadores,

---

<sup>1</sup>SILVA JÚNIOR, João dos Reis. *Reforma do Estado e da educação superior no Brasil*. In: SGUISSARDI, Valdemar. *Avaliação universitária em questão*. Campinas: Autores Associados, 1997, pp. 9-41.

<sup>2</sup>SILVA JÚNIOR, João dos Reis. *As mudanças estruturais no capitalismo mundial e seu impacto nas políticas educacionais de Fernando Henrique Cardoso: o caso do ensino médio*. In: *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 23, n. 80, pp. 203-234, out. 2002.

<sup>3</sup>SILVA JÚNIOR, João dos Reis & SGUISSARDI, Valdemar. *Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudanças na produção*. São Paulo: Cortez; Edusf, 2001.

<sup>4</sup>SILVA JÚNIOR, João dos Reis. *Reforma do Estado e da educação no Brasil de FHC*. São Paulo: Xamã, 2003.

seduzidos por melhores oportunidades de emprego. Destarte, a educação consiste em uma espécie de “porta de entrada” para o mercado de trabalho, formando “(...) o cidadão do século XXI: produtivo, útil, só e mudo (...)”. (SILVA JÚNIOR, 2005: 13)

Ao analisar a educação no Brasil (a partir da década de 1990), cujas mudanças procuram se ajustar às transformações econômicas, o autor confere ao seu trabalho um colorido marxiano, que se acentua com a referência à Gramsci<sup>5</sup>, cuja análise dos processos sociais e culturais não pode ser compreendida se, desvinculados das mudanças na base produtiva. Nessa linha, João dos Reis Silva Júnior aborda a educação, particularmente em seu nível superior, nos governos FHC e Lula, os quais se caracterizam pela elaboração de um pacto social caracterizado pelo pragmatismo.

O primeiro capítulo, intitulado: “A educação no governo Lula – construindo uma hipótese”, trata da continuidade e aparente ruptura dessa administração, em relação ao governo FHC, focalizando o sistema educacional brasileiro. Assim, o autor faz uma síntese da administração FHC: voltada ao capital financeiro internacional, marcado pelo neoliberalismo, no interior do qual se assiste à emergência do “terceiro setor”, a exemplo das organizações não-governamentais (Ongs).

No que diz respeito ao governo Lula, o autor se refere ao passado do atual presidente como sindicalista e, que nessa condição estava próximo “(...) da sociedade civil organizada por meio de movimentos sociais que procuravam estabelecer condições para um paradigma de políticas públicas de demandas sociais (...)”. (SILVA JÚNIOR, 2005: 21). Na presidência da República, Lula volta sua atenção para o fortalecimento do capital produtivo industrial, visando o crescimento econômico do Brasil, buscando reverter o quadro de submissão (característica do governo Fernando Henrique Cardoso) aos organismos multilaterais (tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial). Isto mostra uma aparente ruptura, em relação ao governo anterior. A aparência reside no fato de que, de acordo com o autor, a política econômica da administração Lula não se desvinculou do capital financeiro internacional, ganhando elogios das agências

multilaterais.

E, procurando atender aos interesses do capitalismo atual, cujas forças produtivas centrais (ciência e a tecnologia e informação), o sistema educacional no governo Lula, tende principalmente à produção dos dois primeiros elementos. A educação, assim, se destaca não como civilizadora, mas encontra-se subordinada à economia, enquanto mediadora das políticas de ciência e tecnologia. Nessa direção, o referido sistema educacional, especificamente a graduação e a pós-graduação, estaria a serviço da competitividade no mercado mundial: investimentos em pesquisas nas denominadas “áreas duras”, colocando as ciências humanas em segundo plano, sob a justificativa de fortalecimento da indústria e da agropecuária nacionais.

Conforme o autor, o projeto do novo governo, contra o analfabetismo não havia sido colocado em movimento nos primeiros meses da administração Lula. Tal imobilismo causa a impressão de que, em vez de uma política social, tem-se uma política econômica. Em suma, um sistema educacional que privilegia as ciências exatas, em detrimento das humanas, em nome de uma racionalidade imposta pela soberania dos países capitalistas desenvolvidos é preocupante, pois coloca a história, a cultura e a identidade do Brasil a reboque da invasão do Iraque ou da morte no World Trend Center.

O capítulo seguinte: “Cotidianidade da instituição escolar no contexto das reformas educacionais”, se propõe a compreender tais reformas, realizadas na década de 1990, por meio da reflexão acerca da especificidade da prática escolar (também entendida como prática social) na cotidianidade da instituição escolar, tendo por base as formulações de Lukács<sup>6</sup> e Heller<sup>7</sup>, no que tange à prática social no cotidiano.

De acordo com o pensamento de Lukács, segundo João dos Reis Silva Júnior, a totalidade social constituiria em uma síntese das alternativas escolhidas na atividade do indivíduo na sua singularidade, e o homem se define e se forma na atividade mais cotidiana nas diversas esferas sociais das quais faz parte.

<sup>5</sup> GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

<sup>6</sup> LUCKÁCS, G. *Per una ontologia dell'essere sociale*. Roma: Riuniti, 1983. LUCKÁCS, G. *Prolegomini all'ontologia dell'essere sociale*. Milão: Guerini e Associati., 1990.

<sup>7</sup> HELLER, A. *Sociologia de la vida cotidiana*. Barcelona: Península, 1985.

Nesse compasso, o homem experimenta sua liberdade através das escolhas, entretanto em um horizonte de possibilidades determinados em um contexto social e natural. Para Heller, conforme João dos Reis Silva Júnior, a heterogeneidade do cotidiano coloca o ser humano em movimento, por intermédio de suas práticas, sem que ele estabeleça os vínculos entre todos os fenômenos da cotidianidade da escola, impedindo, de certo modo, que esta constitua um local de ampliação do gênero humano. Daí procura-se compreender o horizonte de possibilidades da prática escolar no cotidiano, tendo por base os principais documentos orientadores das reformas educacionais da última década do século XX.

Entre esses documentos, o autor do objeto desta resenha destaca a *Declaração mundial sobre educação para todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem*, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Tal documento se refere, no Artigo primeiro, à aprendizagem e não à educação, sendo aquela entendida como instrumentos essenciais, cujos conteúdos constituem conhecimentos, habilidades, valores e atitudes necessários à sobrevivência do ser humano.

De acordo com a interpretação de João dos Reis Silva Júnior, a educação tem por objetivo, com base no modelo proposto pelas agências multilaterais, a sobrevivência do ser humano, por meio da adaptação à realidade social, ou seja, forma o indivíduo para o desenvolvimento de habilidades e percepção e não para o conhecimento dessa realidade e das transformações sociais e culturais. Nessa linha, o autor analisa o referido documento, buscando fortalecer suas hipóteses a respeito da educação mercantil como horizonte de possibilidades da prática escolar, a exemplos da necessidade de parcerias com a sociedade civil (para a qual o Estado tende a transferir suas responsabilidades sociais) através da aproximação da comunidade em torno da escola, via municipalização; e o estabelecimento, em cada nível da educação, um contato com o atual conhecimento tecnológico e científico (relações entre a educação e a ciência mercantil).

Nesse cenário, as reformas educacionais realizadas no Brasil, na década de 1990, foram baseadas no Plano decenal de educação para todos (1993-2003), o qual buscou um consenso

em torno da nova configuração educacional e social no mundo; e no Planejamento político-estratégico do Ministério da Educação (MEC) (1995-1998), que orientou as reformas feitas, especialmente na segunda metade da supracitada década. O primeiro documento é a expressão brasileira do movimento realizado pelas agências multilaterais; e o segundo pressupõe a transferência dos deveres sociais do Estado para a sociedade civil. Desta maneira, as reformas educacionais no Brasil são feitas conforme os interesses do capitalismo internacional. Assim, essas mesmas reformas desconsideram a cultura escolar, produzida pela apropriação e objetivações presentes nas práticas escolares na cotidianidade, procurando normatizar o horizonte de possibilidades, em direção à educação mercantil.

No terceiro capítulo: "A construção da cultura mercantil na universidade brasileira – uma aproximação histórica", o autor continua sua análise a respeito da educação brasileira no contexto do capitalismo atual. Aqui, enfoca-se particularmente o nível superior, nos governos FHC e Lula, colocando em evidência a elaboração de uma nova cultura universitária: submetida à política econômica vigente a partir dos anos de 1990.

Para melhor compreensão da alteração da identidade da instituição universitária provocada pela construção mercantil na universidade brasileira, João dos Reis Silva Júnior trata, com base nas formulações de Locke<sup>8</sup>, da universidade cuja natureza institucional deriva do Estado moderno. Este, por sua vez foi criado por um pacto social entre os homens, com o intuito de assegurar a paz e os direitos, entre os quais a propriedade (derivada do trabalho). Assim, como suas instituições, devem se submeter à sociedade e instituí-la, o que consiste em produzir elementos culturais que unificam as relações sociais; e construir e regular o pacto social de determinado momento histórico.

Destarte, João dos Reis Silva Júnior conclui que o institucional, tendo sua origem no político, como foi visto, orienta as relações sociais produzidas historicamente pelo ser humano, e conforma, através de sua organização, essas relações, que se materializam nas práticas sociais, por intermédio de apropriação e objetivação da

<sup>8</sup> LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo*. In: Locke. São Paulo: Abril Cultural, 1991 (Os Pensadores).

cultura produzida até então. A partir daí, mais uma vez recorrendo à Luckács, João dos Reis Silva Júnior compreende a cultura universitária como a incorporação de diversas temporalidades históricas, mediante a apropriação e a objetivação produzidas no cotidiano de qualquer organização social. A universidade, então, é produto da junção entre seu caráter institucional e sua cultura específica, e que se realiza em suas práticas, formando o indivíduo social e socializando o conhecimento acumulado pela humanidade.

Entretanto, no atual quadro da *extended order*, isto é, conforme Hayek<sup>9</sup>, a ordem do mercado estendida em toda a atividade do ser humano e que, no plano político constitui a restrição da esfera pública e a extensão da esfera privada, assiste-se à desestatização e privatização do Estado. Além do que também figura a terceirização da economia, promovendo a mercantilização dos espaços sociais, inclusive o da educação. Assim, uma nova cultura universitária é produzida: a cultura mercantil, a qual transparece nos governos FHC (a exemplo da mencionada reforma que introduz na esfera social a racionalidade capitalista e privada, típica do neoliberalismo e que reflete no plano educacional) e Lula (no que diz respeito à já referida relação entre o sistema educacional e a ciência e a tecnologia). Nessa direção, o papel da universidade como consciência crítica de seu tempo histórico se desfaz, surgindo em seu lugar, uma instituição prestadora de serviços para o mercado.

O próximo capítulo: "O Nupes e as bases teóricas das novas faces da educação superior no Brasil: uma hipótese?", consiste na atualização (2003) da hipótese de Palharini<sup>10</sup>, segundo a qual o Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, fundado em 1989, se tornara o principal formulador das bases teóricas da reforma educacional em seu nível superior, a partir da última década do século XX. A produção do Nupes que, conforme João dos Reis Silva Júnior, tendo Palharini por base, relaciona-se com as mudanças na educação brasileira, operadas pela reforma do Estado, no governo

FHC, tem como "eixos norteadores": a USP como referencial de análise; a importância de modernas estruturas científicas para a modernização da economia brasileira; e a ampliação da demanda pelo ensino superior, não obstante a contração dos investimentos no ensino superior e em pesquisa.

E, para tornar mais explícitos esses "eixos norteadores", João dos Reis Silva Júnior aborda alguns traços constitutivos da produção do Nupes, entre os quais: embora seja focada no Brasil, essa produção é contextualizada nas transformações do capitalismo mundial; a consideração de que a ciência, a tecnologia e a educação constituem elementos centrais para o desenvolvimento do nosso país e do bem-estar do cidadão; com base na centralidade desses elementos, defende-se a idéia de que o Estado defina parâmetros e um sistema de avaliação para a educação; e a diferenciação institucional.

Para João dos Reis Silva Júnior, os referidos parâmetros são de teor mercantil, transformando a universidade em empresas voltadas ao interesse do capitalismo internacional, cujas forças centrais são compostas pela ciência e pela tecnologia. E, a mercantilização do ensino superior se faz presente, conforme o autor na administração FHC, se estendendo ao governo Lula. Daí pode se observar a identificação da matriz teórica e ideológica do Nupes com as novas propostas para a educação superior, a partir da segunda metade da década de 1990.

Além disso, a diferenciação institucional aparece na reforma realizada na esfera da educação pelo governo FHC, seguindo as orientações do mencionado Planejamento político-estratégico do MEC (1995-1998), no tocante à introdução das distinções: instituição pública e instituição privada (com ou sem fins lucrativos) e à proposta de transformar as instituições federais de nível superior em fundações públicas organizadas de acordo com o direito privado. Observa-se, pois, a identificação desse governo com os preceitos neoliberais.

Em seguida, no capítulo: "Confessionalidade no ensino superior: fetiche da educação mercantil?" faz uma breve abordagem da trajetória de uma instituição de caráter confessional metodista, situada na cidade paulista de Piracicaba: o Instituto Educacional Piracicabano nas décadas de 1960

<sup>9</sup> HAYEK, F. *El camino de la servidumbre*. San José: Universidad Autónoma de Centroamérica, 1986.

<sup>10</sup> PALHARINI, F. Caderno Nupes: o novo protagonista na formulação teórica da política para o ensino superior. In: MOROSINI, M. & SGUISSARDI, V. (Org.) *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória: FCAA/Ufes, 1998, pp. 96-112.

e 1970 (entre seus dois movimentos institucionais no ensino superior: Faculdades Isoladas e Faculdades Integradas e a Universidade Metodista de Piracicaba<sup>11</sup> (Unimep) – a primeira universidade metodista do Brasil.

A abordagem tem início com a entrada do Instituto Educacional Piracicabano no ensino superior, explicada pelo autor a partir: do panorama educacional brasileiro em meados da década de 1960 (com enfoque à atenção, por parte do governo federal ao segundo grau, sob a justificativa de que esse nível de ensino seria preparatório para a sociedade industrial); da conseqüente expansão pública e privada do ensino médio; da crise financeira que atingiu o ensino médio do Colégio Piracicabano (do qual o supracitado Instituto era mantenedor); e da aliança entre os metodistas e a elite piracicabana, interessados na abertura de novos cursos de ensino superior na cidade.

A seguir, o autor aponta a contradição entre os valores confessionais metodistas (com vocação para o público) e sua natureza privada (no interior da racionalidade mercantil), e que perdura na época das Faculdades Integradas do Instituto Educacional Piracicabano, aliadas à ordem estabelecida pela ditadura militar instaurada no Brasil, por intermédio do golpe de 1964: tanto na organização administrativa (gestão centralizada e autoritária), quanto à identificação dessas faculdades com a educação tecnicista cujos elementos eram trabalhados pelo governo militar. E, dessa aliança, essas faculdades se transformaram na Universidade Metodista de Piracicaba, cuja criação, em 1975, se deu através de uma negociação entre o Estado e a instituição: o primeiro reconhecia a universidade, em troca do não comprometimento, por parte da segunda, com movimentos de oposição ao regime autoritário.

Dando continuidade à análise das questões discutidas nos capítulos anteriores, como: a ligação entre educação e capitalismo; as relações público-privado; e a identidade da instituição universitária, João dos Reis Silva Júnior coloca em evidência no presente capítulo: o caráter mercantil da educação no

interior da trajetória de uma instituição confessional; e destaca a contradição entre o público e o privado, a qual vai de encontro com a identidade da instituição.

Por fim, no último capítulo: “A contradição entre o público e o privado e as modalidades da dimensão estatal”, o autor faz uma crítica à racionalidade política e administrativa do governo FHC e, em especial do governo Lula, e que pode ser mais bem compreendida por meio daquela contradição e da dimensão mercantil do Estado.

O autor aborda essa contradição, tendo inicialmente por referência o pensamento de Locke: segundo o qual, o poder político (originado do pacto social feito pelos homens em seu estado natural e representado pelo Estado) pode ser levado, dependendo da forma de organização da sociedade, tanto em direção ao público, quanto ao privado. Porém, conforme João dos Reis Silva Júnior, para Locke, a mesma contradição deve ser superada sempre em prol do bem público. E, buscando desvelar uma linha de continuidade, em relação à atual conjuntura política e econômica, no tocante ao atendimento do Estado aos interesses do capital, o autor se refere à Smith<sup>12</sup>, no que toca às despesas do Estado para serviços que favorecem o capital, ou seja, de interesse do comércio, entre os quais: canais navegáveis e boas estradas. Nota-se daí que o Estado tende a dirigir suas políticas públicas para o pólo privado da contradição.

No quadro do atual neoliberalismo, a contradição entre público e privado é camuflada, sob a justificativa de que o Estado é considerado corrupto, opressor e ineficiente, e o privado é visto como *locus* do dinamismo, da liberdade e da criatividade. Nessa linha, João dos Reis Silva Júnior mostra a reconfiguração do público e do privado, após a reforma do Estado, feita por Bresser Pereira, na administração FHC: redução da esfera pública diante da expansão da esfera privada e acentuação da dimensão mercantil do Estado, e que perdura no governo Lula. Trata-se de uma forma de organizar a sociedade estruturada por intermédio do “terceiro setor”, dispensando as mediações políticas de partidos e sindicatos. E isto constitui alvo da crítica do autor a esses governos, principalmente no de Lula, líder do Partido dos Trabalhadores (PT), um partido

<sup>11</sup>Tal universidade constitui objeto da tese de doutorado do autor. SILVA JÚNIOR, João dos Reis. *A formação da Universidade Metodista de Piracicaba: um estudo histórico sobre administração universitária*. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação, Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 1992.

<sup>12</sup> SMITH, A. *A riqueza das nações*. V. 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

que, fora do poder representava os anseios da classe trabalhadora, mas dentro dele consiste em um partido gestor e autoritário.

O livro de João dos Reis Silva Júnior faz uma crítica às políticas públicas, especialmente às que se referem à educação superior, como verdadeiras políticas econômicas a serviço da atual configuração do sistema capitalista. E, essa crítica é revestida de um alto teor de cientificidade. Assim, tal obra contribui para a reflexão a respeito da educação brasileira (principalmente em seu nível superior): seu papel de formadora de cidadãos críticos e conscientes de sua realidade política e social cede espaço à função de preparar indivíduos a serviço das forças centrais do capitalismo atual: a ciência, a tecnologia e a informação, atendendo os interesses do sistema capitalista globalizado.